

# **A ORALIDADE E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Maria de Fátima de Souza Aquino (UEPB)

## **1. Introdução**

Nas últimas décadas os estudos sobre a oralidade têm avançado significativamente, fato que tem contribuído para uma nova perspectiva na abordagem da linguagem oral na escola. O tema da oralidade em sala de aula é abordado pelos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa que trazem em suas orientações a importância desse trabalho na escola:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acessos a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. (PCN, 1999, p. 67)

Nessa perspectiva, o ensino da modalidade oral, na escola, é tão importante para o aluno quanto o ensino da modalidade escrita. No entanto, é fato que esta é privilegiada em detrimento daquela. É comum se avaliar o aluno pelo seu domínio de escrita. Desta forma, a oralidade é relegada a um segundo plano, uma vez que a escola focaliza a questão de que a criança chega ao espaço escolar já sabendo falar.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o trabalho com a oralidade em sala de aula e sua importância para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno.

## **2. A oralidade e a competência comunicativa em sala de aula**

Em qualquer fase da educação básica, o educando necessita de recursos comunicativos específicos para fazer uso da oralidade nos vários estilos e da escrita nos diversos gêneros textuais.

Sobre a competência comunicativa, no contexto do ensino de língua, Canale e Swain (1980 apud VERHOEVEN, 1997:390) definem a competência comunicativa

como a síntese dos conhecimentos dos princípios gramaticais básicos, de como a língua é usada em cada contexto social para desempenhar sua função comunicativa e de como expressões e funções comunicativas podem ser combinadas, de acordo com as formas do discurso. Assim, para cumprir essa agenda de conhecimento, os autores propõem a composição da competência comunicativa por meio de quatro competências básicas:

1. Competência gramatical – abrange o domínio de itens lexicais, de regras fonológicas, morfossintáticas e de regras de formação da sentença.
2. Competência discursiva – refere-se aos conhecimentos das regras relacionadas à coesão e coerência de vários tipos de discurso.
3. Competência estratégica – envolve a maioria das estratégias verbais e não verbais usadas para compensar as falhas e reforçar a eficácia da comunicação.
4. Competência sociolinguística – está relacionada ao domínio de convenções socioculturais em diferentes contextos sociais. Esse tipo de competência envolve regras que são sensíveis a vários fatores, tais como o contexto e o tópico discursivo, o status social, sexo, idade do falante. Refere-se, portanto, ao conhecimento de diferenças estilísticas ou de registro de fala. Tipos diferentes de situações podem exigir diferentes tipos de linguagem como, também, diferentes valores e crenças.

Para os autores, o desenvolvimento da competência comunicativa, nas crianças, envolve não apenas a aquisição de um repertório linguístico, mas, também, um repertório sociolinguístico. Em consonância com esta visão, defende-se que o desenvolvimento da competência comunicativa é diretamente proporcional ao desenvolvimento do repertório sociolinguístico do indivíduo. É através de sua competência comunicativa que ele adequa sua fala a diferentes situações, de acordo com a sua cultura e o papel social que desempenha. Assim, do ponto de vista da educação sociolinguística, a questão central consiste em se introduzir o princípio da heterogeneidade linguística no trabalho com a língua. Nessa perspectiva, a variação passa a ser vista como fenômeno natural e importante no desempenho comunicativo do aluno em sala de aula e em outros contextos sociais.

A noção de competência comunicativa é particularmente relevante para o contexto escolar, uma vez que é função da escola facilitar ao aluno a ampliação dessa competência.

A escola é, por excelência, o *locus* – ou espaço – em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas (BORTONIRICARDO, 2004, p.75).

Assim, é dever da escola valorizar os hábitos culturais dos alunos, além de iniciá-los em novos hábitos, diferentes dos de sua comunidade.

### **3. A oralidade e a escrita na escola**

As reflexões sobre a importância do trabalho com a oralidade na sala de aula intensificam-se cada vez mais, apontando para mudanças no tratamento dado a esta modalidade de linguagem no contexto escolar. As mudanças no fazer pedagógico caminham, embora lentamente, no sentido de mudar a ideia de que o papel central da escola é ensinar o aluno a escrever, como afirma Castilho (1998, p 13):

não se concebe mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita.

Nessa mesma linha de raciocínio os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam a escola a oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos básicos, quais sejam:

1. Ler e escrever de acordo com seus propósitos e demandas sociais.
2. Expressar-se adequadamente nas diversas situações de interação oral.
3. Refletir sobre os fenômenos da linguagem, principalmente, os que dizem respeito à questão da variedade linguística, combatendo a discriminação, estigmatização e preconceitos relativos ao uso da língua.

Suas orientações se resumem em dois pontos que devem ser trabalhados de forma articulada: a) uso da língua oral e escrita - incorpora práticas de escuta e de leitura e práticas de produção de textos orais e escritos; b) reflexão sobre a língua e a linguagem - incorpora práticas de análise linguística.

Corroborando essa visão, destacamos que o trabalho com a linguagem (oralidade, leitura e escrita), na escola, deve privilegiar discussões sobre as várias

possibilidades de falar, ler e escrever um texto, dependendo do objetivo e da situação comunicativa. Nessa perspectiva faz-se necessário que essas atividades sejam vistas pelo aprendiz como um processo significativo para o seu desenvolvimento, no sentido de proporcionar avanços efetivos no uso da linguagem, não apenas no ambiente escolar, mas também em outros ambientes sociais que exigem práticas sociais letradas.

Bortoni-Ricardo (2006, p. 268) afirma que:

(...) é nossa tarefa na escola ajudar aos alunos a refletir sobre sua língua materna. Essa reflexão torna mais fácil para eles desenvolver sua competência e ampliar o número e a natureza das tarefas comunicativas que já são capazes de realizar, primeiramente na língua oral e, depois, por meio da língua escrita.

Seguindo essa linha de raciocínio da autora, defendemos que o ensino de língua materna deve voltar-se para a expansão das potencialidades do aluno, tornando-o mais consciente de si mesmo e de seu papel social.

Fávero, Andrade e Aquino (2005, p.13) chamam atenção para o ensino da oralidade como algo que não deve ser “visto isoladamente”. Isto é, a fala não está dissociada da escrita, ambas “mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis”.

Apesar das mudanças ocorridas no contexto escolar, a gramática normativa ainda vem direcionando, na maioria das escolas, as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Básico. Isso demonstra que o tema da oralidade no contexto escolar ainda necessita ser discutido no meio acadêmico e pedagógico.

#### **4. Palavras finais**

Neste texto refletimos sobre o trabalho com a oralidade no contexto escolar, que ecoa em todas as esferas de saber do aluno, contribuindo para a ampliação de sua competência comunicativa.

Nesse sentido, defendemos uma maior abertura da escola para o uso da oralidade em sala de aula, em que seja adotada uma visão de língua como um feixe de variedades, para que se promova uma melhor compreensão e aceitação das diferenças dialetais por parte de alunos e professores.

Faz-se necessário, também, à escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, adequar-se ao novo contexto sociocultural para atender às demandas das transformações nos níveis de oralidade e escrita, revisando suas

práticas de ensino para que essas possibilitem ao aluno o aprendizado das diversas formas de linguagem.

## Referências

BORTONI-RICARDO, Stella M. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In: GORSKI, Edair M.; COELHO, Izete L. (Org.) **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. 1997.

CASTILHO, A.T. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luiz. Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VERHOEVEN, L. Sociolinguistics and education. In: COULMAS, F. (Ed.) **The handbook of sociolinguistics**. Oxford: Blackwell, 1997.